



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018

Danilo Ferreira da Fonseca
UNICENTRO

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

PUBLICANDO O ÓDIO: A REVISTA KANGURA E A GUERRA CIVIL RUANDESA

Publishing the hate: the Kangura Magazine and the Rwanda Civil War

Resumo: O presente artigo visa analisar o modo que a Revista Kangura do editor Hassan Ngeze colaborou com a construção de um ódio frente aos tutsis. Esse ódio foi elaborado a partir de um discurso com um amplo caráter extremista e de exaltação nacional frente à identidade do hutu, como este sendo o verdadeiro ruandês. Procuramos assim refletir como essa visão esteve inserida dentro de um contexto da Guerra Civil ruandesa na década de 1990 e até como pode ter corroborado com o genocídio de 1994. Para atingir tais fins, analisamos editoriais, matérias e reflexões que foram publicados pela própria Revista Kangura no início da década de 1990 enquanto ocorreram as suas publicações. Tais materiais foram recuperados a partir do documento “*Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*”, apresentado pelo Tribunal Criminal Internacional para Ruanda (ICTR, da sigla em inglês) no ano de 2003, disponibilizado on-line pelo ICTR.

Palavras-chave: Ruanda; Revista Kangura; ódio; Hassan Ngeze.

Abstract: This article aims at analyzing the way in which the Kangura Review of the editor Hassan Ngeze collaborated in the construction of a hatred against the Tutsis. This hatred was drawn from a discourse with a broad extremist character and national exaltation over the identity of the Hutu, as this being the true Rwandan. We sought to reflect how this view was embedded within a context of the Rwandan Civil War in the 1990s and even how it may have been corroborated by the 1994 genocide. In order to achieve such ends, we have analyzed editorials, articles and reflections that were published by Kangura Magazine itself in the early 1990s while its publications occurred. Such materials were recovered from the document "Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T / Judgment and Settlement, filed by the International Criminal Tribunal for Rwanda (ICTR) in 2003, line by ICTR

Key-words: Rwanda; Kangura Magazine; Hate; Hassan Ngeze.

PUBLICANDO O ÓDIO: A REVISTA KANGURA E A GUERRA CIVIL RUANDESA

Danilo Ferreira da Fonseca¹

Em 1994, Ruanda passou por um dos mais sangrentos genocídios da história contemporânea. Em pouco mais de cem dias, entre os meses de abril e junho de 1994, algo em torno de 800 mil e um milhão de ruandeses foram mortos por seus compatriotas. Após a queda do avião presidencial do General Juvenal Habyarimana, ruandeses extremistas que se reconheciam e eram reconhecidos como hutus pegaram em armas (na sua grande maioria em facções) para assassinar ruandeses entendidos como tutsis e também ruandeses vistos como hutus moderados.

A velocidade e a eficiência dos perpetradores² do genocídio chega a ser algo espantoso, e só foi possível dado um elevado nível de organização e propaganda voltada para o extermínio de um suposto inimigo comum: o tutsis. Por mais que a indústria cultural e o senso comum retratem o genocídio ruandês como a mais pura expressão da barbárie e da desordem, não podemos deixar de apontar que o processo do genocídio possuiu toda uma racionalidade e operação que flerta em muito com processos genocidas do decorrer do século XX, e que a visão da plena desordem acerca de Ruanda tem estreitas ligações com uma concepção etnocêntrica e até preconceituosa acerca do continente africano, em que os conflitos locais são vistos e representados como um pleno contraste negativo da sociedade ocidental.

No presente artigo propomos realizar uma análise crítica no que diz respeito as relações construídas entre a imprensa ruandesa e a execução do genocídio no ano de 1994, focando-se principalmente no modo que a os meios de comunicação auxiliaram na propaganda ideológica e na organização do genocídio no início da década de 1990. A centralidade da análise recairá na imprensa escrita, mais especificamente na Revista Kangura do editor Hassan Ngeze.

As fontes históricas que colaboraram com a construção argumentativa e com a análise aqui desenvolvidas foram encontradas no documento “*Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and setence*” de dezembro de 2003, produzido pelo Tribunal Criminal Internacional para Ruanda (ICTR da sigla em inglês) e disponibilizado pelas Nações Unidas. É a partir de tal processo que conseguimos encon-

¹ Professor Adjunto do Departamento de História do campus de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Doutorado em História Social pela PUC-SP, com a tese “Etnicidade e luta de classes na África Contemporânea: Ruanda (1959 – 1994) e África do Sul (1948 – 1994). Contato: daniloffonseca@gmail.com

trar editoriais e matérias produzidas pela Revista Kangura, como é o caso do emblemático “10 mandamentos Hutus” publicado na edição número 11 de março de 1991.

A Revista Kangura foi fundada em 1990 pelo editor Hassan Ngeze, que foi também o editor da revista em todas as suas publicações que perduraram até o genocídio de 1994. A Kangura tem sua primeira edição logo após a invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), em 1990, e se apresenta como uma resposta a revista Kanguka, a qual era a principal publicação da oposição armada. O próprio título da Revista Kangura (“Acorde os outros” em Kinyarwanda), é uma resposta à Kanguka (“Acorde” em Kinyarwanda), e se torna o principal meio de divulgação e organização dos setores mais radicais do MRND, como é o caso do Poder Hutu. No entanto com as negociações do MRND com a FPR, assim como a abertura política do país com o fim do unipartidarismo, a Kangura iniciou críticas à Juvenal Habyarimana, e junto da ala mais radical de seu partido colaborou com a criação do CDR³ em 1993.

A publicação da revista Kangura foi realizada com periodicidade mensal entre 1990 e abril de 1994, possuindo duas versões publicadas em línguas diferentes e algo que variava entre 1500 e 3000 cópias por mês. O financiamento se dava por colaboradores ligados ao MRND e ao CDR, e chegou a ser impressa em equipamentos do próprio governo. A Revista Kangura teve um grande impacto político no início da década de 1990, que, apesar de a grande maioria da população ruandesa ser composta por analfabetos, a publicação era constantemente lida em público, principalmente durante encontros de milícias paramilitares, como é o caso da Interahamwe.⁴ A centralidade da revista Kangura enquanto uma elaboração teórica radical do MRND e uma difusão de tais concepções só perde espaço com o desenvolvimento da *Radio Télévision Libre des Mille Collines* (RTL), que, ao ser inaugurada no ano de 1993, possui um imenso impacto no cotidiano da população ruandesa, atingindo mais regiões e ajudando, inclusive, a coordenar e organizar as ações no decorrer do genocídio em 1994.

De um modo geral, o conteúdo disseminado pela Revista Kangura estava atrelado às visões racistas acerca da população Tutsi e também com uma grande criminalização da organização oposicionista Frente Patriótica Ruandesa, o que estava ligado à exaltação do hutu enquanto o verdadeiro ruandês, em um discurso com forte caráter nacionalista, conforme veremos mais adiante ao adentrarmos de modo mais detalhado nas evidências das fontes históricas selecionadas.

No entanto, para entendermos melhor a Revista Kangura, precisamos antes compreender o contexto histórico e a conjuntura política e econômica em que a revista foi publicada, princi-

² Termo utilizado por Scott Straus na obra “*Order of genocide: race, power and war in Rwanda*” (2008) para designar a parcela da população ruandesa que colaborou mais diretamente com a execução do genocídio em 1994.

³ O CDR, sigla para Coalisão para a Defesa da República, foi um partido político de extrema-direita do Hutu Power ruandês.

⁴ Do kinyarwanda: “aqueles que trabalham juntos” ou “aqueles que atacam juntos”. A Interahamwe foi um grupo paramilitar da MRND, do início da década de 1990, que corroborou com o governo de Habyarimana e com o genocídio.

palmente no que tange a decadência e decaída da Segunda República Ruandesa do presidente General Juvenal Habyarimana no decorrer da década de 1980, período em que crises econômicas, sociais e políticas desembocaram na Guerra Civil ruandesa da década 1990 e, subsequentemente, no genocídio de 1994. Nos anos 1980, o projeto político do MRND figurado no Presidente General Juvenal Habyarimana começa a entrar em colapso. Desde 1973, com o golpe de estado efetuado pelo então General Juvenal Habyarimana, Ruanda passou por anos de um processo contínuo de crescimento econômico e de ganhos sociais, dentro de uma proposta desenvolvimentista que foi comum à alguns países africanos após os processos de independência da década de 1960, conforme nos aponta Beluce Bellucci (2010).

Tal processo desenvolvimentista, no caso de Ruanda, foi baseado na intensificação da produção do principal produto de exportação do país (o café), e de um monopólio estatal na comercialização e de parte da cadeia produtiva de tal mercadoria (TAKEUSHI; MARARA, 2009). O Estado ruandês assumiu um papel para otimizar a produção cafeeira ruandesa, de modo que ficou a seu cargo distribuir sementes, pesticidas e fertilizantes, ficando também responsável pela comercialização do produto. A partir de tal posição, o governo de Habyarimana conseguia a verba necessária para um amplo investimento público em rodovias e outras infraestruturas.

Nessa cadeia produtiva, o café era produzido em milhares de pequenas propriedades, já que o latifúndio não era presente em Ruanda desde a grande reforma agrária realizada nos anos subsequentes à Revolução Hutu de 1959 e a Independência em 1962.⁵ Desta forma, caberia ao camponês de Ruanda produzir o café e entregá-lo à empresa estatal para a comercialização. No entanto, esta produção se dava de maneira forçada, em que os ruandeses eram obrigados a plantar árvores de café e poderiam sofrer sanções previstas em lei caso não cumprissem cotas de produção ou negligenciassem suas mudas de café. A importância da produção cafeeira é dimensionada ao pensarmos que tal produto correspondia a mais de 80% do produto interno bruto do país, o que era ainda mais incentivado pelo governo (VERWIMP, 1998).

O projeto desenvolvimentista de Ruanda começa a entrar em colapso já em meados da década de 1980, ainda mais com as crises internacionais e a queda brusca do preço do café no mercado internacional, o que elevou significativamente os gastos do governo com o subsídio na produção (TAKEUSHI; MARARA, 2009). A crise em Ruanda não é um fato isolado dentro do contexto africano, tendo em vista que boa parte dos países africanos entram em colapso nas décadas de 1980 e 1990, levando a crises econômicas, políticas, sociais e até humanitárias, com dezenas de episódios de guerras civis, fome generalizada e processos epidêmicos, e o caso da

⁵ Após o processo de Independência, os grandes lotes de terra que eram de exclusividade da aristocracia ruandesa foram divididos para o restante da população, acabando com a relação tradicional de acesso à terra baseada entre Igikingis e Ubukondes.

guerra Civil Ruandesa e o subsequente genocídio não estão isolados desse contexto africano mais amplo (BADI, 2008). De um modo geral, conforme destaca Beluce Bellucci, tais crises estão diretamente ligadas às decadências dos modelos desenvolvimentistas e a inserção do neoliberalismo no continente africano, que elevou rapidamente a dívida externa dos países africanos resultando em uma explosão da miséria e de conflitos em diferentes países. (BELLUCCI, 2010).

No caso ruandês, a fragilidade do governo faz com que grupos opositores ganhem força, dentre tais grupos destaca-se a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) que foi formada principalmente por opositores ruandeses exilados em Uganda. A forma encontrada pela FPR de entrar de um modo mais direto na política ruandesa foi a partir da luta armada, ainda mais com o apoio logístico e de treinamento militar por parte de ugandeses do Exército de Resistência Nacional (ERN)⁶. Assim, a partir do início da década de 1990, a FPR realizou uma série de operações armadas no território ruandês a partir do norte do país, o que levou o país à uma guerra civil entre os opositores armados e o exército oficial do Estado Ruandês. Com o início da guerra civil a Revista Kangura começa a ser publicada com regularidade, conforme vimos anteriormente, com um forte caráter de propaganda e um fomentador de um orgulho de uma identidade nacional hutu e também um ódio frente a população tutsi.

Cultivando o ódio: propagando um país dividido

Em uma de suas primeiras edições de novembro de 1990, a Revista Kangura trouxe em seu editorial escrito por Hassan Ngeze uma reflexão que envolvia a construção das relações entre os tutsis e os hutus em Ruanda, conforme podemos observar no trecho citado abaixo:

Pessoas deste grupo étnico, que vieram para Ruanda no passado, falam sobre o grupo étnico dos tutsis: os tutsis vivem como gatos. Quando você tem leite, eles vêm até você. A única coisa que os faz melhores que os gatos, ou melhor, a diferença deles com os gatos é que, uma vez que o leite já foi bebido, eles tentarão encontrar formas e meios de tirar o leite de você ou, até mesmo, tentar prejudicá-lo de alguma forma ou tentarão, também, manipular você. Desta forma, os hutus ficaram próximos do tutsi, e foram acolhidos como visitantes, mas ao invés de dormirem como os visitantes fazem, o mal – o mal deles – ou os maus hábitos, levaram a melhor sobre eles. Assim, os tutsis acabaram por tomar o poder e os hutus foram feitos de subservientes e usados como servos, e os hutus foram feitos de subservientes pelas pessoas.⁷ [tradução própria].⁸

⁶ O Exército de Resistência Nacional se configurou como uma organização política e militar de oposição ao segundo governo de Milton Obote (1980-85) em Uganda, corroborando diretamente para a queda de Obote e o fim de seu regime.

⁷ **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 4, novembro de 1990, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p 58.

⁸ People in this ethnic group, which came to Rwanda last, say that the tutsi ethnic group - the tutsis live like cats. When you have milk, they will come to you. The only thing that makes them better than cats - or, rather, their difference with cats is that once they've already drunk the milk, they'll try to find ways and means of taking the milk away from you or even to harm you or they will also try to rule you. So hutus got close to

No fragmento acima o editor da revista realiza uma comparação da relação entre tutsis e hutus com a relação construída entre pessoas e gatos. De acordo com o texto, nesta relação os tutsis seriam sujeitos aproveitadores e interesseiros na medida que gatos também seriam vistos dessa maneira, pois só se aproximariam de pessoas (ou os tutsis dos hutus) na medida que este possui algo para ser oferecido em troca, no caso do gato, segundo o texto, o leite. Por outro lado, segundo Ngeze, os tutsis seriam ainda “piores” do que os gatos, dado que enquanto os gatos vão supostamente embora quando não possuem nada mais para lhes ser oferecido, os tutsis ao invés de irem embora, tentariam desapropriar aquilo que é do hutu, roubando-lhe as suas posses.

É interessante notar que o tutsi, no fragmento supracitado, é colocado como um mero visitante de Ruanda, que foi bem recebido pelos hutus, ou seja, o que está sendo sugerido neste trecho é que os tutsis seriam estrangeiros em seu próprio país, e que estariam apenas de modo momentâneo no país. Essa postura de limitar a nacionalidade ruandesa, deixando de fora os tutsis (já que seriam “visitantes” ou estrangeiros), corrobora com o desenvolvimento de uma identidade nacionalista baseada no hutu e em total oposição ao tutsi. Porém, mais do que estrangeiros (ou visitantes), segundo o documento os tutsis seriam indivíduos que subtraíram o poder em Ruanda e que teria transformado a população hutu do país como algo que lhe fosse “subserviente”, como um “servo”, dada a suposta ambição por parte da população tutsi.

De acordo com outro fragmento retirado da Revista Kangura, de sua edição número 40 publicada em fevereiro de 1993, e também escrito pelo editor Hassan Ngeze, esse domínio dos tutsis diante dos hutus só teria sido efetivamente revertido com a chamada Revolução Hutu de 1959, mas que esta suposta “emancipação” estaria sendo posta em cheque no decorrer da Guerra Civil do início da década de 1990, conforme é possível observar no seguinte fragmento:

Quando os tutsis foram depostos por uma revolução popular em 1959, eles nunca mais dormiram em seus louros. Eles têm feito muitos esforços para restaurar a monarquia usando suas mulheres *Bizungerezi* e dinheiro que parecem ter substituídos as vacas. No passado, a vaca era símbolo de riqueza.

Quem pode estabelecer a diferença dos *Inyenzi* que atacaram em outubro de 1990 e daqueles que atacaram na década de 1960? Eles são os mesmos. Os primeiros são descendentes destes últimos. A maldade é a mesma. Todos esses ataques procuram restaurar a monarquia e o feudalismo [*Ubuhake*]. Os crimes abomináveis cometidos pelos atuais *Inyenzi* contra os cidadãos são lembretes daqueles crimes cometidos por seus pares: matando, pilhando, estuprando meninas e mulheres...⁹ [tradução própria]¹⁰

the tutsis, welcomed them as visitors, but instead of sleeping like visitors would do, the bad - his bad - or their bad habits got the better of them. So the tutsis ended up by taking over power, and the hutus were made subservient and were used as servants.

⁹ **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 40, fevereiro de 1993, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case nº. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p. 59.

Podemos observar no trecho supracitado que a revista faz uma sugestão inicial de que os tutsis se esforçam para retomar o poder perdido com a Revolução de 1959, e que utilizaria de dois mecanismos para isso: as mulheres e o dinheiro. Dentro dessa concepção apresentada pela revista temos um destaque significativo para as mulheres tutsis enquanto pessoas que estariam colaborando secretamente com um grande complô étnico a favor dos tutsis. Veremos mais sobre isso mais adiante quando tratarmos mais diretamente os “10 mandamentos hutus”, mas por hora é importante destacar que nesse argumento está embutido também uma concepção de pureza étnica e contra uma suposta miscigenação entre tutsis e hutus. No caso do dinheiro, foi recorrente no decorrer das décadas de 1980 e início de 1990 as insinuações de que os tutsis possuíam mais negócios e dinheiro frente aos hutus, o que resultava em teorias conspiratórias, em que os responsáveis pela crise em Ruanda seriam os tutsis, em uma linha argumentativa próxima que judeus chegaram a sofrer frente ao nazismo no decorrer da década de 1930 na Alemanha.

O ponto central da argumentação de Hassan Ngeze no trecho parece ser a intenção de aproximar a oposição armada da FPR, chamada no documento de “*Inyenzi* que atacaram em outubro”, com os antigos monarquistas do período colonial. Essa aproximação apareceria como uma grande ameaça para Ruanda, com a possibilidade de o país retroceder em diversos pontos. Segundo o editor da Revista Kangura, elementos de violência física e exploração do trabalho que os hutus supostamente sofriam no decorrer do período colonial poderiam retornar em caso de vitória da Frente Patriótica Ruandesa na Guerra Civil, já que, supostamente, os tutsis que participavam da FPR seriam os mesmos – ou ainda os seus descendentes diretos – que resistiram em nome da monarquia tutsi no decorrer da década de 1960.

Outro ponto importante de destacar no documento é a utilização do termo *Inyenzi* para designar os tutsis, já que o termo *Inyenzi* em Kinyarwanda significa “barata”, o que acabou sendo um termo recorrente no decorrer da década de 1990, em que era utilizado para desqualificar e menosprezar a população tutsi ao compará-la com algum animal, assim como foi feito na citação em que os tutsis foram comparados com gatos. A animalização de seres humanos em processos de extermínio é algo recorrente na história contemporânea, principalmente na aproximação de animais que envolvam infecções, contaminações, ou o subsolo.

¹⁰ When the tutsis were overthrown by the people's revolution in 1959, they have never slept again on their laurels. They have been doing their utmost to restore the monarchy by using their women *Bizungerezi* and money which seems to have replaced cows. In the past, cows were symbols of richness.

Who can establish the difference between the *Inyenzi* who attacked in October 1990 and those of the 1960s? They are all the same. The former are the offspring of the latter. Their wickedness is the same. All these attacks sought to restore the monarchy and the feudality [*Ubugake*]. The abominable crimes committed by the present *Inyenzi* against the citizens are a reminder of those committed by their peers: killing, looting, raping young girls and women....

A aproximação de tutsis com antigos monarquistas também aparece em outras edições da Revista *Kangura*, como é o caso do trecho baixo retirado da edição 19, lançada em julho de 1991:

Todos nós sabemos que, com a exceção de alguns hutus como o Kanyarengwe e Bizimungu, os refugiados que se tornaram *Inyenzi-Inkotanyi*¹¹ são todos descendentes dos tutsis. (...) Os hutus devem entender que não são todos que estão travando uma guerra com os tutsis, porque os tutsis querem recuperar o poder que foi tirado deles pelos hutus, todo mundo pode ver isso. Se você olhar bem, você verá que 85% dos tutsis que vivem no país estão de alguma forma, relacionados com os refugiados *Inyenzi-Inkotanyi* que vieram nos atacar...¹² [tradução própria]¹³

No trecho destacado do documento podemos reparar que a associação entre tutsis e a oposição armada é construída novamente, em que os membros da Frente Patriótica Ruandesa são postos quase que exclusivamente de origem tutsis, o que, segundo Ngeze existiriam poucas exceções de hutus membros. É importante destacar que em nenhum momento a FPR chegou a se definir como uma instituição exclusivamente tutsi, ou ainda organização que tivesse em sua agenda uma valorização do tutsi, já que seu foco estava em opositores políticos refugiados ou exilados de Ruanda, que possuíam sim em sua maioria uma composição de tutsis, mas que também era composta por hutus, possuindo membros hutus em seu alto escalão.

Um elemento novo posto no fragmento destacado é o termo *Inyenzi-Inkotanyi* para designar os tutsis da FPR, em que além de conter o já citado termo “Barata” (*Inyenzi*), também encontramos *Inkotanyi* (Intocável em Kinyarwanda), que seria uma referência a aristocracia tutsis de períodos pré-coloniais e coloniais, em que os membros do alto escalão da monarquia recebiam o nome de Intocáveis (MAMDANI, 2002). Ao associar os termos baratas e intocáveis, o documento indica, além de uma animalização dos tutsis, também uma condição de serem quase que naturalmente monarquistas, acusação a qual não fazia parte da agenda da FPR, apesar de existirem movimentos por parte da família real ruandesa de restaurar a monarquia, tais movimentos não encontram reverberação entre setores da população ruandesa.

Além da busca de caracterizar os membros da Frente Patriótica Ruandesa como sendo uma organização constituída por refugiados tutsis, o trecho destacado também indica uma suspeição de que praticamente todo e qualquer tutsis poderia ser um membro da organização oposi-

¹¹ *Inyenzi-Inkotanyi* pode ser traduzido a partir do Kinyaruanda como Baratas-intocáveis.

¹² **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 19, julho de 1991, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p 59.

¹³ ...We all know that with the exception of a few hutus such as Kanyarengwe and Bizimungu, the refugees who have become *Inyenzi-Inkotanyi* are all descendants of the tutsis. (...) The hutus must understand that they are not all waging the war as the tutsis, because everyone can see that, the tutsis want to regain the power that was taken from them by the hutus. If you look closely, you will see that 85% of the tutsis who live in the country are somehow linked with the refugees from which come the *Inyenzi-Inkotanyi* who attack us...

cionista (“85%”, para ser mais preciso, como aponta o próprio documento), o que faz com que qualquer tutsi possa se tornar um suspeito e ou um inimigo em potencial, alimentando um ódio coletivo dos hutus diante dos tutsis. O alimento e a propagação para o ódio frente aos ruandeses tutsis ficam ainda mais evidentes no artigo chamado “10 mandamentos hutus”, publicado na edição 6 de dezembro de 1990, conforme podemos observar abaixo:

1. Todo homem hutu deve saber que a mulher tutsi, de qualquer jeito que ela for, estão trabalhando em prol de seu grupo étnico tutsi. Consequentemente, deve ser considerado traidor:

- Qualquer homem hutu que casar com uma mulher tutsi;
- Qualquer homem hutu que mantenha uma mulher tutsi com concubina;
- Qualquer homem hutu que faça uma mulher tutsi sua secretária [doméstica] ou protegêe.

2. Todo homem hutu deve saber que nossas filhas hutus são mais dignas e conscientes no seu papel de mulher, esposa e mãe. Elas são bonitas, boas secretárias [doméstica] e mais honestas!

3. Mulheres hutus, sejam vigilantes e tragam seus maridos, irmãos e filhos de volta a sua consciência [hutu].

4. Todo homem hutu deve saber que os tutsis são desonestos em seus negócios. Eles só estão procurando a supremacia étnica.

“RIZABARA UWARIRAYE”¹⁴

Deve ser considerado um traidor, qualquer homem hutu:

- 1- Que faça sociedade nos negócios com tutsis;
- 2- Que invista dinheiro ou dinheiro do estado em uma empresa tutsi;
- 3- Que disponibiliza, ou empresta, para um tutsi
- 4- Que forneça favores nos negócios para tutsis (fornecer importantes licenças, empréstimos bancários, terrenos para construção, concursos públicos...)
5. Posições estratégicas na política, administração, economia, militar e segurança do território devem ser em larga extensão confiada aos hutus.
6. No setor educacional, (pupilos, estudantes, professores) deve ser da maioria hutu.
7. As Forças Armadas de Ruanda devem ser exclusivamente hutus. Esta é a lição que aprendemos da guerra de outubro de 1990. Nenhum soldado deve casar com uma mulher tutsi.¹⁵ [tradução própria]¹⁶
8. hutus devem parar de sentir pena dos tutsi.
9. O homem hutu, onde ele possa estar, deve estar unido, em solidariedade e estar preocupado com seus irmãos hutu.
 - Os hutus em casa e nas redondezas devem constantemente procurar amigos e aliados para causa hutu, começando com seus irmãos Bantu.
 - Eles precisam constantemente contrariar a propaganda tutsi.

¹⁴ Ditado popular ruandês em kinyaruanda traduzido como: “Apenas aquele que passou uma noite de insônia pode falar da noite”.

¹⁵ **Doc.** Revista *Kangura*, nº 06, dezembro de 1990, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p 45.

¹⁶ No original: 4. Every hutu male must know that all tutsis are dishonest in their business dealings. They are only seeking ethnic supremacy./“RIZABARA UWARIRAYE”/Shall be consequently considered a traitor, any hutu male:- who enters into a business partnership with tutsis;- who invests his money or State money in a tutsi company;- who lends to, or borrows from, a tutsi;- who grants business favours to tutsis [granting of import licenses, bank loans, building plots, public tenders...]/5. Strategic positions in the political, administrative, economic, military and security domain should, to a large extent, be entrusted to hutus./6. In the Education sector, (pupils, students, teachers) must be in the majority hutu./7. The Rwandan Armed Forces should be exclusively hutu. That is the lesson we learned from the October 1990 war. No soldier must marry a tutsi woman

- O hutu tem que estar atento e vigilante quanto ao inimigo comum tutsi.¹⁷ [tradução própria]¹⁸

10. A revolução social de 1959, o referendo de 1961 e a ideologia hutu devem ser ensinados aos hutus em todos os níveis. Todo hutu deve propagar a presente ideologia largamente. Todo hutu que persegue seus irmãos por ter lido, disseminado e ensinado essa ideologia, deve ser considerado traidor.¹⁹ [tradução própria]²⁰

No documento “10 mandamentos hutus” podemos observar o cultivo do ódio em diferentes frentes da sociedade. Se nos debruçarmos diante dos mandamentos 1, 2 e 3, encontramos um forte ataque às mulheres tutsis e uma valorização das mulheres hutus. A principal preocupação seria de impedir relacionamentos entre homens hutus e mulheres tutsis, já que, supostamente, as mulheres classificadas como tutsis estariam sempre trabalhando para o seu próprio grupo étnico, em uma grande organização e conspiração tutsi. Para coibir a interação étnica em relacionamentos, os mandamentos também apontam para uma suposta “melhor qualidade” física e moral por parte das mulheres classificadas como hutus, e que os homens hutus deveriam se relacionar exclusivamente com mulheres hutus, sendo considerados traidores em caso de relacionamentos com mulheres tutsis e caberia às mulheres hutus estarem atentas para impedir que os homens hutus construíssem algum tipo de relacionamento que não estivesse diretamente alinhado com os supostos ideais nacionalistas baseado apenas nos hutus.

Quando o assunto dos mandamentos se torna mais focado para questões que envolvam o mundo da economia, podemos observar, principalmente no mandamento 4, que existe uma acusação de que os relacionamentos financeiros construídos por tutsis sempre possuiriam como um pano de fundo a busca pela supremacia étnica, sendo que os negócios financeiros construídos pelos tutsis deveriam ter a sua idoneidade suspeita. Desta forma, segundo Ngeze, os hutus que estabelecessem qualquer forma de trocas financeiras (empréstimos, investimentos, sociedade, entre outras) com um tutsi, esse hutu deveria ser posto como um traidor.

Já nos mandamentos 5, 6 e 7, podemos observar que existia toda uma preocupação com os setores públicos da sociedade ruandesa, em que esferas do Estado deveriam ser monopoliza-

¹⁷ **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 06, dezembro de 1990, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p. 45.

¹⁸ No original: 1. Every hutu male should know that tutsi women, wherever they may be, are working in the pay of their tutsi ethnic group. Consequently, shall be deemed a traitor:/- Any hutu male who marries a tutsi woman/- Any hutu male who keeps a tutsi concubine:/- Any hutu male who makes a tutsi woman his secretary or protégée./2. Every hutu male must know that our hutu daughters are more dignified and conscientious in their role of woman, wife and mother. Are they not pretty, good secretaries and more honest!/3. hutu woman, be vigilant and bring your husbands, brothers and sons back to their senses./ 8. hutus must cease having any pity for the tutsi./9. – The hutu male, wherever he may be, should be united, in solidarity and be concerned about the fate of their hutu brothers./- The hutus at home and abroad must constantly seek friends and allies for the hutu Cause, beginning with their Bantu brothers./- They must constantly counteract tutsi propaganda./- The hutu must be firm and vigilant towards their common tutsi enemy.

¹⁹ **Doc.** Revista *Kangura*, nº 06, dezembro de 1990, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p. 45.

²⁰No original: 10. The 1959 social revolution, the 1961 referendum and the hutu ideology must be taught to hutus at all levels. Every hutu must propagate the present ideology widely. Any hutu who persecutes his brother for having read, disseminated and taught this ideology shall be deemed a traitor.

das e estabelecidas exclusivamente por hutus, como seria o caso das Forças Armadas, da segurança e administração pública, e o setor educacional. Essa exclusividade do setor público apenas aos hutus, ficando vedada a participação de tutsis, está vinculada tanto com a concepção de que os tutsis poderiam tomar o poder destas instituições, assim como com a visão de que os tutsis não teriam a legitimidade de ocupar tais posições por não serem ruandeses legítimos, como se fossem estrangeiros, ou ainda “visitantes”, conforme foi apontado por outro fragmento do Revista Kangura.

Os mandamentos 8 e 9 apresentados na fonte, demonstram de uma maneira mais direta a proposta de uma unidade ideológica e coesa entre hutus contra a população tutsis, em que este é apresentado como um “inimigo comum”, que precisa ter a divulgação de sua “propaganda” contrariada e combatida pelos hutus, em um processo em que os hutus deveriam “parar de sentir pena dos tutsis”. Esse combate poderia ser feito a partir de uma difusão de ideias de supremacia hutu entre os próprios hutus, em uma espécie de solidariedade étnica.

O documento é finalizado com o mandamento 10, no qual fica mais evidente a propaganda de uma difusão ideológica realizada pela Revista Kangura e também o suposto suporte histórico de tal argumentação, em que novamente o processo da Revolução Hutu de 1959 é apontada como um marco fundamental de conquistas por parte da população hutu de Ruanda e que estaria sob ameaça diante do desenvolvimento da guerra civil ruandesa, conforme também foi possível observar em outros trechos destacados no decorrer do presente artigo.

É interessante notar também que boa parte do documento, além de destratar diretamente a figura dos tutsis, também realiza uma ofensiva diante de hutus que não concordariam com tais posicionamentos, classificando-os como traidores dos ideais da unidade hutu. Tal ataque está diretamente alinhado com ações ocorridas no decorrer do próprio genocídio de 1994, em que milhares de hutus moderados foram perseguidos e assassinados por auxiliar tutsis, terem relacionamentos ou até mesmo por se recusarem a participar do massacre.

Tais visões extremistas difundidas pela Revista Kangura não podem ser entendidas como uma visão hegemônica dentro da sociedade ruandesa, ou como um elemento central dentro do genocídio, já que em alguns momentos Hassan Ngeze era criticado por tais posições o que fazia com que em alguns editoriais a Kangura tivesse que se retratar frente a tais posições e recuar em sua radicalidade, conforme podemos ver no seguinte trecho da edição 11 de março de 1991:

A Kangura não escondeu seu desejo de ver o nascimento de um novo movimento democrático, com apoio maciço dos Bahutu de Ruanda sem, no entanto, excluir os membros de outros grupos étnicos. Essa força pode constituir uma esmagadora maioria, que, com toda a sua boa vontade e intenções nebulosas, pode transformar Ruanda em um país democrático, orgulhoso de seu presente e

com a certeza do seu futuro. *Kangura* não está negando os tutsis e os Twas o direito de formar seus partidos políticos democráticos ou associações... *Kangura* não quer ouvir aqueles que estão dizendo que quando você se referir a alguém como um hutu, ou tutsi, ou um Twa, você está semeando a discórdia no país. Com o nosso movimento democrático hutu que queremos configurar, esperamos ouvir um novo slogan: Viva a diversidade!!!²¹ [tradução própria]²²

O impacto da revista *Kangura* não pode ser de modo algum hiper dimensionado, já que a sua capacidade de inserção em uma sociedade analfabeta acaba muitas vezes encontrado uma forte limitação. Em uma importante pesquisa Scott Straus (2006) fez um levantamento acerca do conhecimento que os indivíduos que participaram do genocídio possuíam acerca do “10 mandamentos hutus”, chegando a conclusão de que apenas uma porcentagem de 2,8% daqueles que participaram do genocídio já tinham ouvido falar sobre essa publicação da Revista *Kangura* (STRAUS, 2006, p.130).

O maior impacto quanto às ideias propostas pela *Kangura* fica mais evidente com a abertura da RTLM, que a partir do rádio conseguia um impacto muito mais amplificado. A *Kangura* também atinge uma propagação de suas ideias a partir de sua operacionalização partidária com o CDR, o qual tinha o manifesto muito próximo daquilo que era proposto por Hassan Ngeze.

Considerações finais:

Conforme pudemos ver no decorrer do presente artigo, a Revista *Kangura* apresentou uma forma de campanha de ódio contra a população tutsi de Ruanda e uma valorização da população hutu ruandesa. Identificamos diferentes ferramentas argumentativas que nos trazem tais indícios, e entre as que nos chamaram mais a atenção, é o processo de animalização dos tutsis. No decorrer da argumentação da Revista *Kangura*, os tutsis eram postos como interesseiros como gatos, ou ainda são postos como baratas (*Inyenzis*), de modo a abstrair a humanidade de parcela da população, tornando o assassinato e o genocídio mais próximos de serem executados.

Outra forma de fomentar o ódio frente aos tutsis que também foi possível identificar nos fragmentos foi o tratamento dado aos tutsis como se estes fossem estrangeiros em Ruanda, sem direitos de participação em setores públicos do país. Sendo os tutsis estrangeiros (ou visitantes em Ruanda), suas ações eram postas como ameaçadoras de tomar aquilo que seria dos hutus.

²¹ **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 11, março de 1991, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p. 62.

²² *Kangura* did not conceal its desire to see the birth of a new democratic movement, massively supported by the Bahutu of Rwanda without, however, excluding members of the other ethnic groups. This great force can constitute an overwhelming majority which, with all its goodwill and nebulous intentions, can transform Rwanda into a democratic country, proud of its present and sure of its future. *Kangura* is not denying the tutsis or the Twa the right to form their own democratic political parties or associations... *Kangura* does not want to listen to those who are saying that when you refer to someone as a hutu, or a tutsi, or a Twa, you are sowing seeds of discord in the country. With our democratic hutu movement which we wish to be born, we hope to hear a new slogan: Long live Diversity!!!

Essa visão do tutsi enquanto um estrangeiro, que não seria um verdadeiro ruandês como o hutu, também está atrelada à uma concepção particular do processo histórico de Ruanda, em que esta foi utilizada pela Revista Kangura como uma forma de justificar uma organização e mobilização de hutus contra tutsis, principalmente no que tange o processo histórico atrelado à Revolução Hutu de 1959 e a independência em 1962. Além disso, as ações da população tutsis (em quase sua totalidade) seriam sempre uma ação voltada com intenções étnicas para tentar reverter tais conquistas hutus, de modo a restaurar a Monarquia em Ruanda e subjugar o hutu às condições sociais e econômicas anteriores ao processo revolucionário de 1959.

Apesar de não podermos apontar a Revista de Hassan Ngeze como uma propaganda que influenciou diretamente a ação do genocídio (como foi o caso da RTLM), a Kangura possibilitou uma organização ideológica de grupos extremistas atrelados à CDR e ao Poder Hutu, dando materialidade para os seus ideais e coesão à um discurso odioso que cultivou o ódio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BADI, M. Kabunda. África em La globalización neoliberal: *las alternativas africanas*. Buenos Aires, **Revista Theomai**, v. 1, n 17, 2008, p. 77-87.

BELLUCI, Beluce. O Estado na África. **Revista tempo do mundo**, v. 1, n 1 (dez.2010), Brasília: IPEA, 2010, p. 9-43.

NEWBURY, Catharine. **Ethnicity and the politics of history in Rwanda**. África Today, n 44, v. 2, 1997, p. 211-222.

STRAUS, Scott. **The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

TARDIF-DOUGLIN, David; NGIRUMWAMI, Jean-Léonard; SHAFFER, Jim; MUREKEZI, Anastase; KAMPAYANA, Théobald. **Finding the balance between agricultural and trade policy: Rwanda coffee policy in flux**. Michigan, MSU International development, Working Paper No. 59, 1996.

TAKEUSHI, S; MARARA, J. **Conflict and Land tenure in Rwanda**. Tokya: Jica Research, 2009.

VERWIMP, Philip. **Development Ideology, the Peasantry and genocide: Rwanda represented in Habyarimana's speeches**. Yale, GSP Working Paper No. 13, 1998.

Fontes:

Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence, dezembro de 2003.